

## **DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA PARA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

### **QUANDO O CONVENENTE FOR INSTITUIÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS: (EXCETO FUNDAÇÕES DE APOIO ÀS IFES)**

**1 – Cópia dos atos constitutivos (estatutos/atos constitutivos) com suas alterações; devidamente registrado; de todos os partícipes**

**2 – Cópia do ato de nomeação dos representantes legais das entidades que assinarão o convênio;**

**2.1) Caso aqueles que assinarão os convênios não sejam os representantes legais da entidade, deverá ser apresentada ou procuração que outorgue poderes para assinar o convênio, ou delegação de competência.**

**3 - Formulário de Dados Cadastrais com a Informação de Conta Bancária e Designação do Ordenador de Despesas preenchido e assinado (modelo anexo);**

**4 – Declaração negativa de parentesco com membros dos Poderes da União, em folha timbrada da Instituição (modelo anexo);**

**5 – 03 (três) declarações assinadas por autoridades locais da sede da CONVENENTE, atestando o funcionamento regular da CONVENENTE nos últimos 03 (três) anos, sempre datada do ano em que se efetivar a contratação com a FINEP. (modelo anexo)**

**6 - Declaração de adimplência perante a administração pública, em folha timbrada da Instituição (modelo anexo);**

**7 – Caso no projeto esteja prevista a realização de Obras a serem efetuadas com verbas repassada pela FINEP, deverá ser apresentado para fins de contratação, os seguintes documentos:**

- **Projeto Básico**
- **licença ambiental ou declaração de sua não necessidade (modelo anexo).**
- **comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente (na hipótese de as obras/benfeitorias vierem a modificar substancialmente a essência do bem imóvel e demandem avebação obrigatória no RGI)**

**7.1. Não sendo apresentados os documentos supracitados, estes serão obrigatórios para fins de liberação da primeira parcela e, no caso do projeto básico, este impedirá a liberação dos recursos referentes às obras.**

**8 - A FINEP efetuará consulta aos seguintes cadastros e certidões:**

- **Certidão Conjunta de Débitos de Trib. e Contrib. Fed. Div. Ativa da União vigente quando da assinatura do convênio;**
- **Certificado de Regularidade perante o FGTS, vigente quando da assinatura do convênio;**
- **Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS – CND, ou certidão positiva com efeitos de negativa, vigente quando da assinatura do convênio; ;**
- **Consulta ao SIAFI – situação regular**



- Consulta ao CADIN – situação Regular

**9 – A FINEP RESERVA-SE O DIREITO DE SOLICITAR OUTROS DOCUMENTOS ALEM DOS SOLICITADOS PARA COMPLETAR INFORMAÇÕES (tais como decisões judiciais), OU PARA SUPRIR EXIGÊNCIAS LEGAIS ESPECÍFIAS DE PROJETOS (tais como Certificado de Qualidade em Biossegurança – CQB; Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, etc)**



**Formulário de Dados Cadastrais com a Informação de Conta Bancária e Designação do Ordenador de Despesas**

Ref: /

**CONVENENTE**

Nome:		
CNPJ:		

Poderíamos tirar essa linha, pois a instituição privada não será SIAFI

**ORDENADOR DE DESPESAS**

Nome:		
Cargo:		Função:
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
Telefone:	Fax:	E – mail:
Endereço Residencial:		
Cidade:	CEP:	UF:

**CONTA BANCÁRIA (exclusiva para movimentação dos recursos do convênio):**

BANCO	Nº C/C	Agência (Nome e Nº)	Praça
<input type="checkbox"/> Banco do Brasil <input type="checkbox"/> Caixa Econômica Federal			

Local, data

\_\_\_\_\_  
Ordenador de Despesas

\_\_\_\_\_  
Representante legal do Conveniente



**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA EFEITOS do artigo 2º, inciso II do Decreto nº 6.170/2007**

**DECLARAÇÃO**

Declaro à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para fins de atendimento do artigo 2º, inciso II do Decreto nº 6.170/2007 que os dirigentes desta instituição, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, não são servidores públicos vinculados ao órgão ou entidade concedente ou membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União.

[Local], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante legal – Cargo]

Cargo:

RG nº:

CPF nº:

**DECLARAÇÃO**

Declaro à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para fins de atendimento ao art. 37, inciso VII, alínea b da Lei 12.309/2010 – LDO 2011, que a [**NOME DA INSTITUIÇÃO**], situada na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, no Estado de \_\_\_\_\_, tem seu funcionamento regular desde [**data de abertura**], desenvolvendo suas atividades dentro das normas e objetivos propostos, sendo inquestionável sua reputação ética e profissional.



[Cidade], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

[NOME DA AUTORIDADE]

Cargo:

RG n°:

CPF n°:

### ORIENTAÇÕES SOBRE ESTA DECLARAÇÃO

#### DE ACORDO COM A LEI, AS DECLARAÇÕES DEVEM SER FORNECIDAS POR 3 AUTORIDADES LOCAIS E DATADAS DE 2011, PORTANTO, 3 DECLARAÇÕES

**Autoridade:** pessoa dotada de poder de decisão, pertencente à instituição pública ou privada. No caso de autoridade de instituição privada, esta deverá ter reputação de grande conhecimento em determinado assunto.

A autoridade não pode prestar referida declaração para a própria instituição a que pertence.

É possível aceitar declaração de mais de uma autoridade pertencente a uma única instituição.

Entende-se por autoridade local aquela pertencente a instituição situada no Município ou Estado em que se encontra a sede da instituição privada sem fins lucrativos.

**Funcionamento regular:** entende-se que a autoridade deverá atestar se a instituição privada sem fins lucrativos está operante nos últimos três anos. Entende-se que a regularidade fiscal é atestada através de certidões e não através da declaração.

### DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_  
[NOME DO  
CONVENENTE], por seu representante legal abaixo qualificado, declara junto à FINANCIADORA  
DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, para efeito do disposto no art. 1º, inciso V e parágrafo 1º,



alínea "c", do Decreto n.º 99.476, de 24 de agosto de 1990, que está em dia com suas obrigações perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

O(s) signatário(s) declara(m) ainda, estar(em) ciente(s) das sanções que poderão lhe(s) ser impostas, de acordo com o art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

[Local], \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

---

[NOME]  
[CARGO]  
[ENDEREÇO]  
[CI]  
[C.P.F.]

**OBS: Esta declaração deverá ser firmada em papel timbrado da instituição**



Referência: .../...

Projeto: “...”

### ATESTADO

\_\_\_\_\_ [nome do conveniente], por seu representante legal abaixo qualificado, atesta junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para efeito do disposto no art. 12 do inciso V da IN nº 1 do Conselho Diretor do FNDCT de 25 de junho de 2010 que as obras, instalações ou serviços do projeto acima referenciado não exigem estudos ambientais, na forma disciplinada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

O(s) signatário(s) declara(m) ainda, estar(em) ciente(s) das sanções que poderão lhe(s) ser impostas, de acordo com o art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

[Local], \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

\_\_\_\_\_  
[NOME]  
[CARGO]  
[ENDEREÇO]  
[CI]  
[C.P.F.]

**OBS: Esta declaração deverá ser firmada em papel timbrado da instituição**

